

ACERVOS COLONIAIS MINEIROS: LOCALIZAÇÃO E CONTEÚDO DOS FUNDOS E DAS SÉRIES

*Angelo Alves Carrara**

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos historiadores do período colonial brasileiro, utilizando como fonte as informações arquivísticas, é a dispersão física dos acervos, e as complexas condições de acesso dela decorrentes. Advém desta fragmentação a ausência da indispensável organicidade, de instrumentos de recuperação e de busca das informações, e que têm na sua composição, fundos e séries documentais. Sem esse pressuposto técnico, imprescindível à sistematização dos dados disponíveis para uma determinada investigação, os resultados do trabalho podem vir a ser seriamente comprometidos em razão da posterior descoberta e revelação de documentos originalmente participantes da série pesquisada, mas cujos dados relevantes não haviam sido levados em conta na investigação anterior. Isto é particularmente sentido naqueles casos em que as pesquisas lidam com as chamadas fontes seriais e massivas, que permitem a construção de longas séries de dados cronologicamente dispostos, e as quais, na maior parte da historiografia contemporânea, correspondem à documentação cartorária.

A dispersão ou a fragmentação dos acervos interferem pesadamente sobre a organização dos dados e, por isto, assume

* Professor do Departamento de História/Universidade Federal de Ouro Preto

consideráveis proporções para os pesquisadores.³⁰⁷ É necessário que os usuários dos arquivos tomem ciência destas questões, e reflitam sobre as possíveis soluções. Este artigo pretende traçar um mapa geral da localização e da forma como estão reunidos e organizados os acervos coloniais mineiros, de maneira geral, e o enorme fundo fiscal da Capitania — a *Coleção Casa dos Contos*, de maneira especial.³⁰⁸

Não serão tratados aqui os Acervos Eclesiásticos coloniais mineiros, porquanto estes encontram-se recolhidos no Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana. A única exceção, para o período colonial, é a documentação eclesial da antiga *Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cópós e Croatos*, existente no Museu Municipal da cidade de Rio Pomba, MG, iniciada em 1778 (ano do mais antigo registro). A documentação original está quase à totalidade perdida. Os documentos originais que nos alcançaram não permitem em sua maior parte a construção de séries contínuas, isto é, apresentam grandes falhas cronológicas, “hiatos históricos”. Contudo, esses “ripanços de papel velho”, nas palavras de Taunay, hoje higienizados e arranjados pelo Núcleo de Gestão Documental/UFOP, foram transcritos décadas atrás por um vigário da Matriz de Rio Pomba. Aguardam, ainda hoje, que algum historiador demógrafo faça-os enunciar algo sobre o passado dessa importante fronteira da Capitania. Em seguida, serão considerados os acervos **Administrativos e Cartorários**.

Os acervos cartorários coloniais de Minas Gerais foram produzidos estritamente no âmbito municipal, a documentação administrativa foi produzida pelos governos municipais ou da Capitania.

³⁰⁷ Muitos destes problemas foram discutidos por ocasião do *I Simpósio Nacional de Políticas Arquivísticas*; acesso, jurisdição e domicílio legal de documentos; realizado nos dias 21 e 22 de junho de 1996, em Ouro Preto MG.

³⁰⁸ A partida esclareço que o acesso aqui referido é considerado como a disponibilidade de se ter o maior conjunto de informações possíveis ser recuperadas. Estas considerações são o resultado, em larga medida, das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Documental (NGD) do Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Ouro Preto, que coordenei entre 1992 e 1996. Durante esse tempo, foram executados projetos de implantação do que então era corrente denominar-se “Sistemas Municipais de Arquivos” (como em Montes Claros), do acompanhamento de Programas de Gestão de Documentos (em Ubá e Ponte Nova), da identificação e do Diagnóstico para Identificação dos Acervos Documentais (em Caeté e Minas Novas).

A DOCUMENTAÇÃO CARTORIAL E ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

Entre 1711 e 1730 foram criadas e instaladas na Capitania de Minas Gerais nove vilas: Mariana, Ouro Preto, Sabará, Serro, Pitangui, São João Del Rei, São José Del Rei (atual cidade de Tiradentes), Caeté e Minas Novas. Na última década do século XVIII foram criadas as vilas de Barbaena, Tamanduá (atual cidade de Itapecerica), Queluz (atual cidade de Conselheiro Lafaiete), Paracatu e Campanha.

A criação de vilas marcava o início da constituição de acervos documentais municipais; em cada uma delas eram instalados Senados da Câmara — que passavam então a gerar documentação administrativa, e os Juizados — que produziram a documentação cartorária. Exatamente devido ao fato de a documentação ser produzida no âmbito local, as preocupações sobre sua conservação e preservação dependeram, ao longo dos dois séculos seguintes, à criação dessas primeiras nove vilas, de circunstâncias locais.

A criação do Arquivo Público Mineiro (APM), em 1896, graças ao esforço preservacionista de José Pedro Xavier da Veiga, seu fundador e primeiro diretor, e o estabelecimento das “Casas Setecentistas”, durante o Estado Novo, sem dúvida possibilitaram a conservação da maior parte dos acervos de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Serro e Sabará. Entretanto, outros acervos que infelizmente não receberam igual atenção, perderam-se irremediavelmente. Este é o caso da documentação cartorária do Serro, e da documentação cartorária e administrativa de Caeté e de Minas Novas, inexistentes para o período anterior a 1800. Diamantina, antigo arraial do Tijuco, também recebeu um tratamento especial, posto que era aí que funcionava a Administração Diamantina, e apesar de até 1831 ter sido um distrito do Serro.

A documentação cartorária de cada uma das antigas vilas coloniais mineiras é custodiada pelas Casas Setecentistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou nos arquivos dos foros de algumas cidades. No primeiro caso devem ser mencionadas a Casa Setecentista de Mariana, a Casa do Pilar de Ouro Preto, o Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei e o Arquivo da Casa de Borba Gato em Sabará, o Arquivo da Casa do Barão, no Serro, a Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina. No segundo caso

encontram-se os acervos cartoriais de Caeté e Minas Novas (ainda nos foros destas duas cidades, com as ressalvas feitas antes), de Pitangui (no Museu Municipal) e do Serro.

Da documentação do século XVIII de Minas Novas restam uma dúzia de inventários e um único processo criminal. O primeiro livro de notas aí existente data de 4 de novembro de 1851, e corresponde ao trigésimo quarto da série completa, iniciada em 1730. Os livros anteriores foram incinerados nos meados deste século, segundo o relatório preparado em 1993 pelo NGD. A documentação cartorária setecentista do Serro que sobreviveu é constituída tão somente de livros do notariado, numa série incompleta de dezoito livros (de 1746 a 1800), alguns bastante deteriorados e com muitas partes ilegíveis, totalmente apagadas ou empasteladas.³⁰⁹ A documentação cartorária de Pitangui encontra-se arquivada no Museu Municipal dessa cidade.

Ja a documentação administrativa das Câmaras Municipais é custodiada pelo Arquivo Público Mineiro (fundo CMOP) — Curvelo, Mariana, Ouro Preto, Caeté, Sabará, Paracatu, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Arquivo Público de Ouro Preto, Arquivo da Prefeitura de Caeté, Arquivo da Câmara do Serro, na Chácara do Barão do Serro.³¹⁰ Aqui logo se percebe a dispersão física dos acervos. Devo igualmente lamentar a sorte da documentação administrativa da Câmara Municipal de Minas Novas, por encontrar-se custodiada nas mais precárias condições. A história das populações oitocentistas dos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri só poderá ser contada após o tratamento desse acervo.

OS ACERVOS DO GOVERNO DA CAPITANIA — A COLEÇÃO CASA DOS CONTOS

Há quatro fundos básicos: *Seção Colonial*, *Secretaria de Governo* e os *Avulsos da Capitania* (custodiados pelo Arquivo Público Mineiro — APM), e a *Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*, o maior fundo de natureza fiscal do período colonial brasileiro, distribuído por três instituições — cujas instalações, instrumentos de busca, atenção e empenho de seus funcionários nunca

³⁰⁹ Essa documentação já se encontra totalmente higienizada, acondicionada, arranjada, descrita e, em alguns casos, transcrita — pelo Núcleo de Gestão Documental/UFOP.

³¹⁰ Órgão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Cultura.

é demais encarecer — o APM, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. Sendo o maior fundo, é também o mais disperso. Essa dispersão, somada à falta de procedimentos técnicos e metodológicos que priorizem a organicidade das séries que compõem o acervo arquivístico, tem criado um quadro hostil ao tratamento sistematizado de dados tão fundamentais e essenciais. Procurarei tratar das séries maiores.

O acervo da *Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto* (CCCOP), anteriormente chamado “Arquivo Casa dos Contos”, estava até 1922 depositado no prédio que lhe deu o nome. Naquele ano, fora em sua maior parte transferido para o Arquivo e a Biblioteca Nacionais do Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do centenário da Independência. Em 1929, José Afonso Mendonça de Azevedo, encarregado pelo governo do estado de verificar a existência de documentos capazes de solucionar questões de limites entre Minas e outras unidades da federação, foi informado de que “... *funcionários federais (...) haviam arrecadado para a Biblioteca Nacional e para o Arquivo Público Nacional quanto ali existia de tal arquivo, confiando o seu restolho como papel inútil a uma instituição de caridade de Ouro Preto, que ... o vendera a uma fábrica de papelão de Juiz de Fora (!!!)*”. Imediatamente, adquiriu para o governo de Minas *essa trapeira, acondicionada em 59 sacos*, que foi recolhida ao Arquivo Público Mineiro.³¹¹ Foi assim, por obra e graça de um felicíssimo acaso, que salvou-se da destruição a parte da CCCOP correspondente em sua maioria ao século XVIII.

Em 1973, o Ministério da Fazenda implantou no prédio da Casa dos Contos o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO), com o objetivo de reunir, em microfílm eletrônico catalogados, toda a documentação da história econômico-fiscal do Ciclo do Ouro. O CECO dispõe de arquivos de microfílm, laboratório de microfilmagem, biblioteca especializada, seção de paleografia, coleção numismática e museológica, além de seu pessoal administrativo e de apoio técnico.

A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto constitui um acervo documental cuja estrutura de séries e sub-séries guarda correspondência com qualquer acervo de natureza fiscal no âmbito do Império Português. Este fundo, depositado em sua maior parte no

³¹¹ Cf. *ABN*, v. 65, 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Arquivo Nacional, compõe-se de 4.115 livros fiscais – e não códices, como incorretamente às vezes aparece mencionado algures – e quase três centenas de latas com maços e papéis avulsos. Herculano Gomes Matias identificou 281 pacotes (“amarrados”) de avulsos compreendendo cerca de duzentos mil itens documentários³¹². A distribuição cronológica dos livros, contudo, é absolutamente irregular. Vinte e dois deles (0,53% do total) são da primeira metade do século XVIII: 1257 são do período compreendido entre 1751 e 1807 (30,54%) e a maior parte (68,91% do total), 2836, pertencem ao período de 1808 a 1890. Quanto ao conteúdo, há séries extensas, como a de Receita e Despesa da Permuta de Ouro em Pó nas Faisqueiras, constituída por 793 livros, datados de 1763 a 1848, sendo que, deste total, 32 se referem ao período de 1763 a 1807 e apenas 3 ao período de 1823 a 1848. Esta série representa 19,27% de toda a documentação encadernada da Coleção Casa dos Contos no Arquivo Nacional. Acrescentada a série referente à décima predial (406 encadernados) e a das entradas (248 encadernados), chega-se a um total de 35,16% da documentação total desse fundo. O principal instrumento de busca e recuperação das informações contidas nos livros é a publicação Inventário Analítico dos Códices da Coleção Casa dos Contos, do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (Ouro Preto: Casa dos Contos, 1991), na qual os livros estão dispostos em séries e sub-séries existentes, em ordem cronológica. No Arquivo Nacional, há ainda o fichário da CCCOP, disposto em ordem alfabética de lugares referidos pelos livros. No caso da documentação avulsa, o volume 58 das *Publicações Históricas do Arquivo Nacional* (PHAN) apresenta a relação sumária de cada pacote, mas a localização dada, infelizmente, não corresponde mais à que hoje existe³¹³.

No APM, a Coleção Casa dos Contos (correspondente em sua maior parte à “trapeira” salva da destruição em 1929) distribui-se por duas “séries”. Na primeira se incluem 782 livros, dos quais a maioria (557, 71,22% do total) datam do período de 1751 a 1807. Oitenta e um livros datam da primeira metade do século XVIII (10,35% do total), e

³¹² MATIAS, Herculano Gomes. *A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*; documentos avulsos. *Publicações Históricas do Arquivo Nacional*, vol. 58, n. 6., Rio de Janeiro, 1966.

³¹³ Acredito ser possível estabelecer a correspondência entre a identificação antiga e a atual, conforme já o fizemos para alguns deles, anotados no exemplar das PHAN do Arquivo Nacional; por exemplo, ao lado da indicação da antiga caixa 162, pacote 3, do volume 58, há uma anotação da sua correspondência atual com caixa 247.

144 (18,41%), de 1808 em diante. Na segunda série, do total de 143 livros, 24 são de 1720-50, 96 de 1751 a 1807, e 23 de 1808 em diante. O instrumento de busca dos livros é a versão atualizada do *Catálogo dos Códices da Coleção Casa dos Contos microfilmados e arquivados no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro*; documentação original existente no Arquivo Público Mineiro, pelo Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (Ouro Preto: Casa dos Contos, 1978). Nesse instrumento, os livros estão dispostos geralmente em ordem cronológica da data inicial dos registros de cada um. Quanto ao conteúdo, os registros de contas-correntes, receita e despesa de repartições do governo da Capitania, inclusive dos rendimentos gerais e reais e Intendência dos Diamantes, representam 42% do total. Há, ademais, os registros de provisões, ordens, patentes, avisos, instruções, regimentos, petições, termos de posse, decisões, despachos e portarias, as contas correntes dos contratadores dos dízimos, a folha militar, civil e eclesiástica, os assentos e soldos de oficiais e soldados da Companhia de Dragões, guarnição da Capitania e hospitais, arrematações e fianças de ofícios públicos e de contratos e direitos. A segunda série compreende as provisões, a folha de pagamento, documentação do Distrito Diamantino, dos dízimos, contas correntes em geral e arrematações, principalmente.

Com exceção de apenas uma série, a dos Autos de Confisco de 1701 a 1720, a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional custodiava parte da documentação avulsa da mesma natureza daquela encontrada no Arquivo Nacional e no Arquivo Público Mineiro.³¹⁴ Não há um instrumento que nos possibilite obter uma busca geral, o que nos permitiria visualizar todo o acervo, mas as gavetas dos arcazes trazem indicação sumária do conteúdo.

Começemos pela série mais antiga, dos **Autos de Confisco e Tomadias de Mercadorias**. Os cinquenta e cinco processos de confisco de mercadorias que a compõem foram instruídos entre 1701 e 1716, e encontram-se todos custodiados pela Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Quase tão antiga, mas muito dispersa e fragmentária é a série da **Capitação**, que permite reconstruir as variações da estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, entre 1718 e 1746. Para os

³¹⁴ Com a diferença de que a BN ficou com os documentos portadores de autógrafos de "próceres" e "vilões" da história pátria: Borba Gato, Bárbara Heliodora, Tiradentes, Silvério dos Reis...

Termos de Mariana, Ouro Preto, Sabará, Pitangui, Serro, Demarcação Diamantina, São José e São João del Rei, os documentos distribuem-se pelos fundos das Câmaras Municipais de Ouro Preto e de Sabará, e Casa dos Contos do APM, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, e Biblioteca Nacional.³¹⁵

Os livros da série das **Entradas de Mercadorias** na Capitania de MG (1757-1808) — custodiados pelo Arquivo Nacional e pelo Arquivo Público Mineiro — registram a cobrança dos direitos de entrada de mercadorias na Capitania. Em muitos deles, a fórmula de lançamento da passagem inclui, além do nome do viajante, a data e o valor cobrado, a especificação das mercadorias, seu peso, volume, forma de transporte, tipo de embalagem, procedência e destino. Estes registros mais completos permitem, desse modo, uma reconstrução extremamente fiel da circulação de bens e de pessoas. Além dos livros de lançamento das entradas de mercadorias, há os de conta corrente dos créditos dos seus direitos.

As informações extraídas da série dos **Dízimos** permitem que se proceda ao estudo das flutuações da produção agrária mineira, entre 1722 e 1835. Os últimos livros desta série passaram a reunir dados relativos ao ano da cobrança do dízimo, nome das fazendas e de seus proprietários, ano a que pertence o dízimo, prazos de pagamento e importância do lançamento. Além dos livros de contas-correntes dos contratadores e da Real Fazenda, há livros de remissões dos valores totais cobrados, devidos ou avençados. Além destes, há também livros de conta das cobranças das dívidas dos contratadores e os de Administração Geral do Contrato dos Dízimos pela Fazenda Real, termos de arrematação dos contratos dos dízimos, Instruções, Ordens Régias e Normas para a administração trienal dos dízimos.³¹⁶

Mais particularmente para uma reconstrução das flutuações da produção de aguardente, desde 1774, há a série constituída pelos livros de **Manifestos de Aguardentes**, dispersa por diversas instituições. A maioria desses livros de manifestos faz parte da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, custodiada pelo Arquivo

³¹⁵ Para a relação completa desta série, assim como para uma discussão pormenorizada sobre o conteúdo das séries dos dízimos, dos manifestos de aguardente e das entradas de mercadorias, cf. CARRARA, 1997, "fontes e bibliografia".

³¹⁶ Para uma visão de conjunto dos dados fornecidos por essa série, cf. CARRARA, A. A. **Flutuações da economia agrária de Minas Gerais (1722-1835)**. Mariana: Núcleo de História Econômica/LPH/UFOP, 1998 (relatório de pesquisa).

Nacional e pelo Arquivo Público Mineiro. Os manifestos de aguardente do município de Mariana está custodiada pelo Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. Já o Arquivo da Casa do Barão do Serro custodia a maior parte dos livros correspondentes aos manifestos do Serro.

As duas maiores séries do fundo Casa dos Contos, contudo, a da Décima Predial e a da Permuta do Ouro em Pó nas Faisqueiras, não correspondem rigorosamente a documentos do período colonial. De qualquer modo, é importante salientar a sua importância para os estudos relacionados ao desenvolvimento urbano e à produção mineral de Minas ao longo do século XIX.

Da CCCOP participa também a documentação particular dos contratadores de dízimos e de entradas. São copiadores de cartas, conta-corrente da administração de fazendas privadas e súmula de documentos diversos.³¹⁷

PERSPECTIVAS ATUAIS

Ressaltarei a necessidade de os pesquisadores comprometerem-se, em suas pesquisas, com os pressupostos de uma “arquivística integrada”, nos termos do que defende o Professor Luis Carlos Lopes:

“... a sociologia e a história têm tradições metodológicas próprias, das quais os arquivistas podem se apropriar, até que consigam, quiçá, construir métodos específicos. Pensa-se que, sendo a arquivística um saber aplicado, não será possível a independência futura destas duas disciplinas. O processo de trocas simbólico dar-se-á de modo continuado, sob pena do empobrecimento das possibilidades metodológicas da habilidade

³¹⁷ Do contratador João Rodrigues de Oliveira, os copiadores de cartas de 1775 a 1783 foram publicados: BRASIL. Ministério da Fazenda. *Correspondência Ativa de João Rodrigues de Macedo*. Escola Superior de Administração Fazendária. Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Casa dos Contos, Ouro Preto, 1980. 2 vols.

*técnico-científica de organizar informações e documentos.*³¹⁸

Sem uma ação integrada, cujo esforço deverá ser empreendido por profissionais envolvidos com a organização da informação, tais como arquivistas, historiadores, administradores, profissionais da área de informática, não haverá uma organização eficiente que propicie o acesso às informações, “ferramenta” e alimento da pesquisa.

Desde já, nada impede que essa discussão possa ter um foro privilegiado nas disciplinas dos cursos de graduação de História, especialmente aquelas que lidam mais de perto com questões metodológicas. Sobre estas cadeiras incide mais fortemente a responsabilidade de conjugação da pesquisa com o ensino.³¹⁹ Afinal de contas, diante de nós está hoje como antes o mesmo desafio: tornar disponível a um número cada vez maior de pessoas as informações que lhes interessem e das quais necessitem. Sem dúvida que o venceremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 65 (1943). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado).
- LOPES, Luís Carlos. *A Gestão da Informação; As Organizações, os Arquivos e a Informática Aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- MATIAS, Herculano Gomes. *A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto; documentos avulsos. Publicações Históricas do Arquivo Nacional*, vol. 58, n. 6., Rio de Janeiro, 1966.

³¹⁸ LOPES, Luís Carlos. *A gestão da informação; as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 36-7.

³¹⁹ Experiência satisfatória nesse âmbito tem sido conduzida pelo Departamento de História da UFOP, onde algumas disciplinas utilizam a documentação do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana como material de trabalho, a par com outras cujos programas contemplam uma discussão teórica mais acentuada.